

**Haroldo Hollanda**

## A disputa pela função de relator

Já se iniciou a corrida pela disputa em torno da função de relator-geral da Comissão de Sistematização da Constituinte, órgão destinado a desempenhar papel relevante na elaboração da futura Constituição brasileira. A Comissão de Sistematização caberá preparar o texto do anteprojeto de Constituição a ser submetido ao exame e votação do plenário da Constituinte. Foi a maneira que o PMDB, encontrou, por vias transversas de criar a "grande comissão" que em todas as Constituintes sempre prevaleceu com a finalidade de ordenar e disciplinar, na sua fase preliminar o trabalho de elaboração constitucional.

São apontados como os nomes mais qualificados a exercer a função de relator-geral daquela comissão o amazonense Bernardo Cabral, o mineiro Pimenta da Veiga e o paulista Fernando Henrique Cardoso, todos eles do PMDB. Tratando-se de um posto de vital importância na Constituinte, dele o PMDB não abre mão, o que é natural. O relator-geral da Comissão de Sistematização se investirá de tal poder e importância política, que a sua escolha deverá ocorrer num entendimento direto entre o presidente Sarney e o deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB.

A premissa estabelecida no PMDB é a de que a personalidade a ser escolhida para relator-geral deve ser um nome de expressão nacional. Entre as figuras cogitadas, o deputado amazonense Bernardo Cabral provavelmente será o que reúne maiores qualificações do ponto de vista jurídico. Professor de Direito Constitucional, inclusive em universidades inglesas e francesas, foi ainda presidente da OAB. Eleito deputado federal, em 66, dois anos depois tinha seu mandato cassado pelos militares. Está agora retornando à Câmara. Mas tem contra ele o fato de ser originário de um estado de pequena influência na vida política nacional.

O deputado mineiro Pimenta da Veiga, advogado experimentado, credencia-se também em função da sua experiência parlamentar e dos estreitos vínculos e ligações política, que mantém com Ulysses Guimarães. No entanto, como líder do PMDB e do governo na Câmara o relacionamento de Pimenta com o Planalto foi assinalado por falta de sintonia política em vários episódios. O deputado Luiz Henrique, novo líder do PMDB na Câmara, é considerado como uma extensão do pensamento e da influência política de Pimenta no partido. Ora, todos sabem que a conduta até aqui de Luiz Henrique como líder vem sendo encarada com reservas no governo.

O senador Fernando Henrique Cardoso tem boas chances de ocupar a função de relator-geral da Comissão de Sistematização da Constituinte, em virtude do trabalho por ele realizado como relator do regimento interno. Alega-se que como relator do regimento o parlamentar paulista soube ser bastante flexível em face das pressões e dos acontecimentos, a eles se ajustando sem oferecer embaraços de qualquer ordem aos objetivos políticos do governo. Demonstrou ainda ser bem organizado e contar com uma boa assessoria. Mas contra Fernando Henrique se argumenta que ele é sociólogo e não um jurista, o que deve pesar nas considerações finais. Afinal de contas, o relator-geral deve, antes de tudo ser um jurista com suficiente qualificação política para se adequar às exigências do trabalho a ser realizado.

O governo deseja ter como relator-geral da Constituinte um parlamentar que lhe inspire confiança política e não o sobreponha a novos sobressaltos. Parte o Planalto, do ponto de vista de que a maioria do PMDB e da Constituinte é de formação de centro ou conservadora, razão pela qual a futura Constituição brasileira deve retratar essa realidade.

### Mandato

Os principais estrategistas políticos governamentais estão convencidos de que, apesar dos avanços e recuos que o assunto tem experimentado, o mandato de Sarney na futura Constituição deve ser fixado em seis anos. Para transformar em fato concreto essa sua aspiração, o governo espera contar com a colaboração dos governadores a serem amanhã empossados e de outras lideranças políticas com o peso de poder de influência na Constituinte. Sendo de seis anos o mandato presidencial, o dos novos governadores irá coincidir também com o de Sarney. Essa seria uma das razões, entre muitas outras, que levaria a maioria desses governadores a empenhar-se em favor da tese de que Sarney seja dotado de um mandato de seis anos. A começar pelo novo governador de São Paulo, Orestes Quércia, candidato declarado à sucessão do presidente Sarney.

### Boa vontade

Um conhecido banqueiro brasileiro, que acaba de regressar dos Estados Unidos, conversando com destacada personalidade política do Congresso, transmitiu-lhe a informação de que os credores do Brasil estão propensos a promover a retomada das negociações em torno da dívida externa. Só fazem uma única exigência: desejam que o Brasil apresente medidas econômicas de caráter coerente para vencer os problemas que enfrenta atualmente.

### Lei de greve

O Palácio do Planalto, em virtude dos recentes conflitos registrados na área trabalhista, revela-se interessado em aprovar o quanto antes uma nova lei de greve. Do mesmo modo foram dados instruções às lideranças governistas no Senado para aprovar a toque de caixa, a Convenção 87 da OIT, firmada em Genebra em 1947 por todos os países-membros, que permite a pluralidade sindical. No PMDB e nos partidos de esquerda há resistências à aprovação do convênio em questão. Os deputados Miro Teixeira e Nelson Jobim, ambos do PMDB, colocam restrições ao exame do assunto agora, alegando que a Constituinte vai certamente discipliná-lo.